

RESENHA

Science in the Service of Human Rights, Richard Pierre Claude (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002)

Quais são os meios de que dispomos para assegurar que os cientistas possam desenvolver, produzir, apresentar e divulgar seu conhecimento sem sofrer pressão ideológica? Quais os instrumentos que temos para controlar o desenvolvimento, a produção, o conhecimento público e o uso dos avanços científicos com fins nocivos? Como se pode estruturar esse controle para que não interfira na liberdade científica? De que maneira redistribuir universalmente os avanços tecnológicos e científicos benéficos? Estas são as principais perguntas de Richard Pierre Claude em *Science in the Service of Human Rights*.

O livro apresenta uma descrição completa e minuciosa do desenvolvimento histórico da relação entre a Ciência e os Direitos Humanos, assim como das regras, dos atores importantes e dos problemas contemporâneos que tal relação envolve. Todavia, se por um lado, a obra oferece uma fonte excepcional de informação para professores, estudantes, ativistas dos Direitos Humanos e, igualmente, para cientistas de todo o mundo, por outro lado, é claro que se evita formular perguntas políticas espinhosas, como o porquê da inovação científica ter-se centrado na criação de incentivos para o investimento privado, em lugar do público. Quais são as consequências negativas do valor excessivamente alto atribuído à produção individual e à liberdade científica – representada pela regulação da propriedade intelectual – no que se refere aos direitos dos cidadãos do mundo sobre o avanço científico? Ou, como seria o mundo se a estrutura normativa dos direitos humanos relacionados à ciência tivesse uma versão mais socialista ao invés de liberal?

O objetivo principal do livro é que os instrumentos disponíveis para o acesso às inovações científicas e tecnológicas sejam facilitados de maneira a se tornarem administráveis e compreensíveis para o cidadão comum. O autor pretende, ainda, conectar os cientistas à Declaração Universal dos Direitos Humanos para que se conscientizem, primeiro, das garantias de liberdade científica que a Declaração materializa e, segundo, do estabelecimento dos direitos das pessoas para usufruir os benefícios da ciência. Em outras palavras, Richard Pierre está interessado no embate entre a ciência e os direitos humanos, de tal modo que os direitos humanos possam controlar maus usos da ciência e que a ciência possa beneficiar-se da prática dos direitos humanos.

Assim, o objetivo principal do livro é alcançado por meio de três diferentes enfoques no que toca à relação natural e benéfica entre os direitos humanos e a ciência: o relato de histórias bem sucedidas do passado e de interações recentes; a descrição de regras e práticas desenvolvidas como conseqüências dessas histórias e a definição das áreas em que há ainda trabalho a ser feito.

Neste sentido, no primeiro enfoque Pierre apresenta uma narração detalhada – do passado e do presente – dos intercâmbios e interações entre cientistas e ativistas de direitos humanos, que se uniram para negociar e determinar as regras que delimitam seu campo de atuação. Este enfoque permite ao autor demonstrar a aliança natural entre ativistas e cientistas. Por esta razão, nos capítulos 2 e 3, descreve a relação entre estas duas comunidades na elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Além disso, nos capítulos 7, 8 e 9, o autor expõe a forma contemporânea com que os cidadãos usam o progresso tecnológico e científico na promoção dos direitos humanos e de que maneira os cientistas utilizam os direitos humanos para proteger sua liberdade científica.

Já no segundo enfoque, versa sobre a descrição das regras e práticas vigentes, resultantes de tais interações. Estes exemplos permeiam todo o livro e estão presentes, sobretudo, na análise detalhada do artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no artigo 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. No capítulo 10, também é esclarecido o estabelecimento de códigos de conduta para as corporações multinacionais que proporcionam práticas desejáveis, elaboradas como resultado da mesma relação entre cientistas e ativistas.

No terceiro enfoque, por sua vez, o autor mostra que, a despeito da existência de histórias bem sucedidas que deveriam transmitir otimismo em relação à humanidade, há ainda muito por fazer. Como exemplo, o autor aponta duas áreas onde há muito trabalho a ser desenvolvido: a medicina e a saúde e a computação e a tecnologia de Internet.

Por fim, cabe salientar que o livro reduz a importância das inúmeras maneiras pelas quais a relação entre essas duas comunidades pode mostrar-se antagônica, os resultados marginais oferecidos pelas regras e práticas no campo dos direitos humanos e a tarefa hercúlea que se coloca ao levarmos a sério o tema da ciência e dos direitos humanos. Ainda, o autor parece confiar muito no poder do Direito Internacional e parece desconhecer as diversas dificuldades locais e internacionais que esta área do Direito

enfrenta. Por exemplo, algumas perguntas formuladas por Pierre continuam sem resposta: o que ganhamos e o que perdemos – como membros da comunidade global –, quando os progressos tecnológicos e científicos, bem como seu controle, são articulados na linguagem dos direitos? Ou, de que maneira a diferença de poder econômico e de progresso científico entre o centro e a periferia influenciou sobre a estrutura das regras dos direitos humanos em relação à ciência? E, como seria a indústria farmacêutica, se ao invés de priorizar a liberdade científica e a proteção do indivíduo, focasse os direitos coletivos e a responsabilidade científica?

*Helena Alviar García**

Original em inglês. Traduzido por Maria Lúcia Marques.

*Diretora do curso de mestrado da *Universidad de Los Andes*. Pós-graduação em direito econômico por *Harvard University*.

NÚMEROS ANTERIORES

Números anteriores disponíveis *online* em <www.surjournal.org>.

SUR 1

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos:
Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos
cívicos e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA e A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos
humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação
por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o
avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos
de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de
11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU
funcionar Cinco questões no campo dos direitos
humanos

SUR 2

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do
Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos
humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE e J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos:
Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para
promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais
e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos
países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte
Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e
direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos
humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura
militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiciabilidade: Pesquisa no
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária
das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA
e LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA